



A DIVISÃO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS EM PERÍODOS¹

Carlos Bastien
(Instituto Superior de Economia e Gestão
da Universidade Técnica de Lisboa)

1. Significado e alcance da periodização

A cena do pensamento económico português conheceu ao longo dos séculos em que Portugal existiu como sociedade politicamente individualizada uma longa evolução. À semelhança do que sucedeu com a generalidade dos casos nacionais, tal evolução foi marcada pela sucessão (não cíclica) de épocas, mais ou menos longas, durante as quais a referida cena manteve um modo de organização e funcionamento relativamente estável.

Coexistiram e coexistem em cada uma das citadas épocas conjuntos de escolas ou correntes de pensamento diferenciadas mas ligadas entre si por relações hierárquicas. Por norma, uma dessas escolas ou correntes ocupa um posição dominante, ou hegemónica — a que permite definir uma ortodoxia — enquanto as demais ocupam posições dominadas. Esta relação hierárquica não é no entanto fixa. Cada escola dominada procura através do diálogo concorrencial que mantém com as restantes redefinir as relações de força do campo das ideias económicas; procura sobretudo enfraquecer a corrente dominante e estabelecer a sua própria hegemonia. A ausência de uma hegemonia clara resulta numa conjuntura de crise.

¹ Comunicação apresentada à 1.ª Reunião da Associação Ibérica de História do Pensamento Económico realizada na Universidade de Barcelona em 17 e 18 de Dezembro de 1999. Versão revista.

A passagem de uma época a outra significa uma reconfiguração profunda da cena das ideias económicas mediante o aparecimento, transformação ou colapso de alguma ou algumas das correntes que a integram e, por regra, a substituição da corrente hegemónica. Os momentos de rotura que se situam entre duas épocas expressam-se numa sucessão de acontecimentos singulares, alguns dos quais, por particularmente relevantes e visíveis, constituem inovações epocais.

A periodização ora proposta recorre justamente a tal tipo de inovações para estabelecer os limites das diversas épocas. Contudo, tais acontecimentos jamais se identificam com qualquer corte epistemológico, já que a passagem do conhecimento pré-científico ao conhecimento científico que esse conceito designa não ocorreu historicamente no âmbito da cultura económica produzida em Portugal. Atraso no processo de modernização da economia nacional e precaridade da comunidade científica são factores que limitaram o potencial de produção de inovação.

A incorporação de inovação pré-teórica ou teórica, designadamente a que resulta na substituição da corrente dominante e no conseqüente reconfigurar da cena das ideias económicas, tende a ocorrer por um processo de importação controlada — pelos interesses estratégicos presentes na sociedade e na comunidade pré-científica ou científica — das ideias disponíveis no respectivo «mercado» internacional. Apesar da autonomia relativa da cena das ideias económicas, as reconfigurações que nela ocorrem não são independentes nem das condições sociais da produção, distribuição e consumo de tais ideias, isto é, do sistema macrossocial e dos subsistemas que o compõem — particularmente dos aparelhos e das relações de poder no interior da comunidade pré-científica ou científica portuguesa — nem das relações estabelecidas com outros países, designadamente das relações de dependência de sociedades económica e culturalmente mais evoluídas.

Em qualquer caso, a identificação das sucessivas épocas do pensamento económico que por ora propomos, ainda que não indiferente a conflitos e mudanças sociais, decorre da aplicação directa de um critério interno à própria cena das ideias económicas. Aquelas condições de ordem social são apenas indirectamente consideradas na definição das diversas escolas e períodos da cena das ideias económicas através dos efeitos que nela produzem.

De entre os diversos tipos de ideias que compõem a cena do pensamento económico importa por ora considerar as que se plasmam em

diferentes escolas ou correntes e que se manifestam na produção continuada de acontecimentos pré-teóricos ou teóricos protagonizados por múltiplos autores e obras económicas (livros, revistas, artigos, intervenções televisivas, etc).

Tome-se em conta que se entende por escola ou corrente de pensamento um discurso especializado e sistematizado que se compõe de uma problemática, o conjunto de questões a que procura dar resposta; de conceitos, os termos com que apreende e descreve a realidade económica; de uma metodologia, o conjunto de processos operatórios que envolve a aplicação de regras lógicas, de noções instrumentais e a observação directa e indirecta dos factos; de conclusões, os enunciados, apresentados sob a forma de leis científicas, que resultam do trabalho intelectual descrito. Estas características surgem no caso das correntes pré-teóricas ou não-teóricas — as doutrinas económicas — tendencialmente afectadas pela falta de autonomia da reflexão económica em relação à reflexão sobre outros domínios da vida social, pela menor objectividade, sistematização e capacidade de incorporação de novos elementos, pela menor sofisticação analítica e, naturalmente, pela incapacidade de produzir leis científicas. Tais doutrinas coexistem e articulam-se com as teorias a partir do momento em que estas irrompem historicamente.

Exceptuada uma outra referência avulsa — e porque a investigação até hoje realizada não permite uma abordagem consistente e sistematizada desse plano — ficam de fora as ideias económicas que integram o senso comum e as que se inscrevem na acção política imediata, as que se expressam numa diversidade de fontes que vão das obras literárias à legislação, da imprensa quotidiana a simples usos e costumes, e cujo ritmo e condições de evolução não são necessariamente coincidentes com os que regulam a evolução das mencionadas escolas, embora se articulem com elas. Arredados desta tentativa de periodização ficam também os paradigmas de racionalidade de uma dada época, que de alguma forma permeiam e organizam a generalidade dos saberes — e portanto também as correntes do pensamento económico — mas que enquanto «metadiscursos» as transcendem.

A periodização estabelecida permitirá porventura detectar algumas das especificidades da cena portuguesa das ideias económicas e da sua evolução, designadamente uma eventual ordenação *sui generis* das suas sucessivas configurações e atrasos históricos na introdução de correntes de pensamento em consequência da situação semiperiférica

desta sociedade na maior parte do período em análise. Outras eventuais especificidades do caso português — a introdução de elementos culturais castiços, tópicos de reflexão que concitaram uma maior atenção ou as características dos aparelhos de produção e difusão de ideias económicas, por exemplo — não são naturalmente referenciáveis a partir de um mero exercício de periodização.

2. Épocas da história do pensamento económico português

A aplicação dos critérios enunciados conduz à divisão da história do pensamento económico português em sete épocas distintas, a saber:

- A escolástica (1143-1608)
- O mercantilismo (1608-1789)
- A fisiocracia (1789-1804)
- A economia clássica (1804-1858)
- O pensamento eclético (1858-1935)
- O corporativismo (1935-1947)
- A síntese neoclássica-keynesiana (1947-...)

2.1. A escolástica (1143-1608)

Quando Portugal alcançou a sua independência, em meados do século XII, a cena cultural da Europa cristã era já dominada pelo pensamento escolástico, o qual continha uma doutrina económica originada pelo confronto da visão aristotélica-cristã com os dados económicos correntes. Tal saber era mantido e desenvolvido por uma «comunidade doutrinária» transnacional apoiada na Igreja, nas universidades e no uso do latim, da qual participavam eruditos portugueses, na sua maioria membros do clero.

A reflexão económica em Portugal não podia assim deixar de incorporar os dados fundamentais daquela doutrina, designadamente a perspectiva ética e teológica na apreciação dos comportamentos dos agentes e dos fenómenos económicos em geral. A defesa da propriedade senhorial, a condenação da riqueza mobiliária, a fixação das condições da troca justa, a estigmatização do juro e da usura eram tópicos

centrais de um discurso que fazia uso de um método dedutivo que atendia mais à fé e ao argumento de autoridade que à experiência humana ou às regras da lógica e que resultava num conjunto de prescrições reguladoras da vida económica corrente, em particular das práticas comerciais.

O texto de Durando Pais *Comentário ao Tratado «Da Economia»* (Pais 1267; 1955)² constituiu a primeira manifestação formal no plano da reflexão escrita desse pensamento económico escolástico em Portugal. Adoptando a forma então habitual de comentário a Aristóteles, visava essencialmente aquele clérigo a fixação das regras de comportamento, também económico, dos homens membros das famílias da classe dominante.

A produção de textos económicos — ou com componente económica relevante — escolásticos prosseguiu nos séculos seguintes não obstante os limites impostos à sua divulgação pela estreiteza da elite letrada e pela inexistência de um aparelho de imprensa, pelo menos até meados do século XV.

Alargando o leque temático e dando corpo à corrente hegemónica no primeiro período pré-moderno do pensamento económico surgiram assim diversos textos, designadamente o *Estado e pranto da igreja* (Pais 1332; 1988-98) e o *Espelho de reis* (Pais 1344; 1955-63) nos quais Álvaro Pais procurava fundamentar a legitimidade da renda feudal enquanto relação basilar da sociedade do seu tempo e, simultaneamente, diabolizar outros tipos de rendimento susceptíveis de corroer os fundamentos daquela sociedade e designadamente os lucros do comércio e os juros; a *Virtuosa Benfeitoria* (Pedro 1433; 1994), texto no qual o infante Dom Pedro se ocupou do conceito de riqueza e da justificação da tributação paga pelos povos aos seus príncipes; o *Leal Conselheiro* (Duarte 1438; 1999) em que Dom Duarte condenou a acumulação de riqueza móvel; o *Da justiça comutativa* que João Sobrinho publicou em Paris (Sobrinho 1484; 1945) e no qual procurou estudar os vícios e

² A citação de textos, designadamente dos manuscritos não impressos na época histórica em que foram produzidos, é por regra acompanhada por duas datas. A primeira refere-se ao ano em que o texto nomeado foi escrito ou editado; a segunda refere-se por regra à edição actualmente mais acessível e, sempre que possível, em língua portuguesa. Para efeitos de identificação nas referências bibliográficas é a segunda data a que deve ser considerada.

as fraudes nas operações comerciais, nos câmbios e nos seguros; o *Do governo da república pelo rei* de Diogo Lopes Rebelo (Rebelo 1496-2000) em que se aprofundava a justificação da renda fundiária e a crítica da riqueza mobiliária, particularmente na sua forma monetária.

O século XVI é ainda marcado pela dominância da literatura escolástica produzida por professores da Universidade de Coimbra e Salamanca, na sua maioria membros do clero. A emergência da expansão ultramarina e o intensificar do comércio a longa distância não modificaram significativamente as perspectivas do pensamento escolástico, nem puseram em causa a curto prazo a sua hegemonia. Jerónimo Osório, em *Da instituição real e sua disciplina* (Osório 1572; 1944) contrapõe a agricultura à navegação e às actividades comerciais; Heitor Pinto, com a sua *Imagem da vida cristã* (Pinto 1563-1572; 1984), e Manuel de Góis, em texto produzido já perto do final do século XVI (Góis 1593; 1957), retomam o combate à aquisição de riqueza mobiliária; Amador Arrais, suma expressão do pensamento integrista, nos seus *Diálogos* (Arrais 1589; 1981), vê no abatimento dos ideais ético-religiosos das cruzadas e no espírito mercantilista a causa da decadência da nação.

Claramente diferenciadas desta cultura segregada pela intelectualidade feudal — aqui referida apenas nos seus momentos mais expressivos —, existiam na Europa de finais da Idade Média manifestações de visões cristãs não-escolásticas, designadamente por parte de algumas seitas heréticas que pregavam um comunismo primitivo e, bem assim, manifestações de um pensamento filosófico que apontava para o recurso a métodos empíricos ou indutivos. No entanto os reflexos em Portugal de tais movimentos de ideias foram muito escassos. Frei João Sobrinho, por exemplo, citou autores heréticos, designadamente Wycliffe, mas, paradoxalmente, para reforçar a condenação da avareza e da usura numa perspectiva ortodoxa. Os próprios franciscanos, como o citado Álvaro Pais, abordaram a questão da legitimidade da propriedade da Igreja em termos não inteiramente coincidentes com a visão oficial. No entanto, nenhum dos autores portugueses deste período deu corpo a uma manifestação consistente de ideologia económica heterodoxa.

À margem e em clara demarcação da literatura escolástica surgiram ainda as crónicas de Fernão Lopes, produzidas no segundo quartel do século XV, e as de Damião de Góis, publicadas já na segunda metade do século XVI. As crónicas de Fernão Lopes, designadamente as relativas

a Dom Pedro (Lopes ?; 1994a) e a Dom João I (Lopes ?; 1994b), incorporam uma abordagem empírica dos fenómenos económicos que afectavam a vida das classes populares, designadamente os impostos e as quebras de moeda. Damião de Góis, um humanista estrangeirado, discorre na *Crónica do Príncipe D. João* (Góis 1567; 1977) sobre regulamentação do comércio e em outros momentos sobre as questões monetárias, anunciando já de alguma forma a emergência do mercantilismo. Num caso como noutro, há nas múltiplas observações desses relatos uma economia descritiva — ainda que pontualmente complementada por tentativas de explicação de senso comum de aspectos do sistema económico coevo — a qual, ignorando as abstracções próprias da escolástica, corporizou uma visão alternativa da problemática económica.

2.2. O mercantilismo (1608-1789)

Ainda que no plano cultural geral este segundo período continuasse a ser dominado pelo pensamento escolástico, o desenvolvimento do comércio de longa distância no seio da economia-mundo euro-atlântica e com o exterior desta, o potenciar das práticas mercantis que lhe estavam associadas e ainda a consolidação dos estados nacionais, acabaram por romper as amarras ideológicas da escolástica e por impor no terreno restrito da reflexão económica a hegemonia de um discurso diferenciado, especializado e mais adequado à realidade nova do capitalismo comercial de Estado e privado.

A questão central da reflexão económica era agora a das vias de financiamento de um aparelho administrativo e militar em expansão e mais genericamente a do enriquecimento e poder do Estado absolutista e da aristocracia que lhe servia de suporte. Conceitos como população, salário, indústria, valor, riqueza, moeda, imposto, balança de comércio eram agora noções nucleares de uma macroeconomia pré-científica, a qual, ainda que desconhecadora dos mecanismos profundos de funcionamento da economia, não deixava de revelar já alguma sofisticação analítica, a par da adopção de uma metodologia indutiva e de uma crescente atenção à dimensão quantitativa dos fenómenos económicos.

Apesar de preconizarem por regra a intervenção activa do Estado na vida económica, as propostas de política económica — os alvitres

— formuladas pelos autores mercantilistas variaram, adaptando-se às condições específicas de cada fase da evolução da economia portuguesa. Tivemos assim preferencialmente um mercantilismo metalista — não raro apenas um mercantilismo vulgar que se limitava a confundir riqueza com acumulação de metais preciosos —, quando o acesso directo às fontes produtoras de metais preciosos recomendava a adopção de uma política de retenção desses metais mediante interdição da sua saída do território nacional, e um mercantilismo industrialista, quando a escassez de metais preciosos impunha a eliminação dos saldos negativos da balança comercial mediante substituição de importações e promoção de exportações de produtos industriais.

A fraqueza da burguesia comercial, correspondente à posição semi-periférica de Portugal na economia-mundo moderna, e a presença asfíxiante da escolástica no campo da cultura são porventura duas das razões explicativas do atraso na introdução do pensamento mercantilista em Portugal, não obstante o papel crucial do país no lançamento das redes de comércio de longa distância. No século XVI apenas elementos fragmentários relacionam a cultura económica portuguesa com a referida corrente de pensamento, pelo que o momento simbólico que assinala a hegemonização do campo de produção de doutrina económica pelos representantes do pensamento mercantilista só surgiria no século XVII com a publicação de *Do Sítio de Lisboa* de Mendes de Vasconcelos (Vasconcelos 1608; 1974).

Procurava-se aí, num texto ainda influenciado pelo estilo retórico da escolástica, difundir a ideia de auto-suficiência económica através do fomento da produção nacional, uma política comercial que incluía restrições às importações e uma política de transportes centrada na criação de uma marinha mercante privada em conjugação com uma limitação dos monopólios comerciais públicos.

Estas ideias, caras à burguesia comercial do tempo, foram retomadas por Duarte Gomes Solis, ele próprio um mercador e financeiro poderoso. Nos seus *Discursos sobre los comercios delas Indias* (Solis 1622; 1942) e na *Alegacion en favor de la Compañia de la India Oriental* (Solis 1628; 1955) procurou fundamentar as vantagens das companhias de comércio. São no entanto as suas longas considerações acerca da circulação monetária, do crédito e dos câmbios do reino peninsular, e as referências a Botero e a Bodin, que o revelam o autor mais sensível aos argumentos do mercantilismo metalista.

Severim de Faria, nas suas *Notícias de Portugal* (Faria 1655; 1974), analisou as causas do despovoamento e, minimizando o papel da acumulação dos capitais comerciais gerada por eventuais saldos positivos nas transacções internacionais, procurou sobretudo promover o reforço das actividades agrárias, da aristocracia terratenente e do poder do Estado.

No último terço do século XVII emergiu uma mais intensa doutrinação mercantilista com a afirmação da versão industrialista. Duarte Ribeiro de Macedo, com o seu *Discurso sobre a introdução das artes no reino*, escrito em Paris (Macedo 1675; 1974), procurou demonstrar as vantagens da introdução das “artes” em Portugal como forma de evitar a saída de metais preciosos e inspirou directamente a política industrialista do 3.º conde da Ericeira.

Apesar do rude golpe constituído pelo tratado de Methuen, a doutrinação mercantilista industrialista prosseguiu e alargou-se no século XVIII influenciando poderosamente a política económica pombalina. A par de uma limitada elaboração analítica, ainda assim visível na introdução de uma concepção de valor baseada na raridade e na utilidade e no entendimento de características da moeda, repetiram-se as prescrições político-económicas dentro de uma apreciável unidade temática e programática. Fez-se generalizadamente a apologia da intensificação do povoamento, preconizou-se o fomento de uma agricultura que não a de exportação, do incremento da circulação comercial interna, das restrições ao consumo de bens de luxo importados e, em alguns casos, da organização do comércio externo através das companhias, sustentou-se a ideia de pacto colonial, acentuou-se a conveniência de industrialização através das manufacturas reais ou privilegiadas para a superação do que se cria ser o grande problema português: o desequilíbrio da balança comercial. Os textos mais representativos da doutrina são o *Parecer sobre a instalação de uma fábrica de seda* do Cardeal da Mota (Mota 1734; 1960), o *Testamento Político* de Luís da Cunha (Cunha 1748; 1978), o *Cálculo sobre a perda de dinheiro no reino*, de 1748, de Alexandre de Gusmão (Gusmão 1748; 1984), alguns escritos do próprio Pombal, designadamente as *Observações secretíssimas do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo na ocasião da inauguração da estatua equestre no dia 6 de Junho de 1775 e entregues por ele mesmo 8 dias depois ao senhor Rei D. José I* (Pombal 1861), mas também o que constituiu um esboço de manual de ensino

da economia utilizado na Aula do Comércio, a *Notícia Geral do Comércio*, de Alberto Jaquero de Sales (Sales 1789; 1984).

Este universo mental mercantilista compreendia posições e interesses sociais diferenciados e contraditórios. Não só os seus principais protagonistas variavam entre o comerciante, o burocrata iluminista, o intelectual estrangeirado, e mesmo o clérigo, como através dele se expressavam os interesses históricos de uma burguesia comercial subordinada e anémica e, bem assim, os de uma aristocracia esclarecida que via no mercantilismo um reformismo susceptível de fortalecer política e economicamente o Estado absolutista.

O que ficava à margem desta corrente de pensamento era alguma literatura crítica das práticas mercantilistas, panfletária e carente de sistematização, de que é exemplo a *A arte de furtar* publicada anonimamente por Manuel da Costa (Costa 1652; 1991); uma literatura técnico-contabilística produzida nas margens da doutrinação mercantilista, de que é exemplo a *Prática de Comércio* de João Henrique de Sousa (Sousa 1759); e, sobretudo, a escolástica que reafirmando o desprezo pelas actividades comerciais sobreviveu na doutrinação de intelectuais tradicionais representativos de sectores retrógados, fundamentalmente os clérigos que dominaram a universidade até às reformas pombalinas. Ainda que de base mercantilista e sem representar qualquer corrente alternativa, os *Apontamentos para promover toda a sorte de trabalho em Portugal*, de Ribeiro Sanches, de 1777 (in Sanches 1971), não deixaram de incorporar uma ou outra ideia que de alguma forma apontava já para a etapa seguinte, como era o caso dos "avances" de capital.

2.3. A fisiocracia (1789-1804)

Com a queda de Pombal abre-se na sociedade portuguesa um período caracterizado pelo ataque a alguns privilégios senhoriais e pelo reforço, ainda que tímido, das relações económicas burguesas. Um dos resultados desse processo de transição foi não só um grande aumento do ritmo de publicação de obras económicas como uma significativa mudança de perspectivas e referências analíticas e doutrinárias. A fisiocracia era agora o horizonte mental das reflexões produzidas por uma nova geração de economistas portugueses apostados na transformação da agricultura feudal.

Emergia então entre nós um pensamento económico centrado na análise do potencial produtivo da economia nacional, em particular do seu sector agrícola. Elementos analíticos característicos desta nova corrente de pensamento, designadamente a representação da actividade económica enquanto sistema estático regulado por leis naturais, um conceito de valor assente na ideia de custo, uma definição de factor produtivo, de produção e de produtividade restritos à terra e à agricultura, ecoam agora de alguma forma na fundamentação de um conjunto de prescrições que visavam canalizar os capitais comerciais e industriais para a actividade agrícola, abolir monopólios e instaurar a liberdade de produzir e de comerciar, instituir um sistema fiscal incidindo sobre os proprietários rurais.

A recepção destas ideias em Portugal, e em particular na Real Academia das Ciências de Lisboa (criada em 1779 e entretanto constituída em principal organização emissora de saberes económicos), para além de tardia, revelou alguma fraqueza analítica, já que os elementos centrais desta corrente de pensamento, designadamente a própria ideia de circuito económico, nunca foram objecto de representação clara e formal nem tão pouco tema de discussão abstracta. O que emergiu foi sobretudo uma economia aplicada que se socorria de ideias fisiocratas para pensar problemas portugueses e para formular prescrições.

Embora estudos com visível influência fisiocrática já tivessem aparecido episodicamente nos primeiros anos da década de 1780 — o *Despertador da Agricultura de Portugal* de Luis Ferrari de Mordau (Mordau 1782; 1950) é um exemplo —, esta corrente de pensamento só se constituiu em referência dominante no campo das ideias económicas com as Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, publicadas em cinco volumes a partir de 1789.

As dezenas de memórias que integram essa colecção revelam perspectivas muito diversas, sendo que muitas delas privilegiam o recurso a saberes técnicos e imediatamente práticos na avaliação dos recursos naturais mobilizáveis no país e desvalorizam a dimensão propriamente económica da transformação estrutural e do desenvolvimento da economia portuguesa. Ainda assim, foi no âmbito das Memórias que surgiram os textos económicos mais representativos desta corrente de pensamento. Um deles é a *Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas*, de Domingos Vandelli (Vandelli 1789; 1990), no qual à recusa do mercantilismo industrialista

se segue a afirmação de que a produção da terra é a única e verdadeira riqueza do país e que a entrada de produtos agrícolas coloniais é indesejável por deprimir os preços internos e desestimular a produção. Outro exemplo é a *Memória sobre os juros relativamente à cultura das terras*, de Tomás Vilanova Portugal (Portugal 1789; 1990), na qual o autor refere as diferentes classes de cidadãos, estabelece uma distinção entre “fundos naturais”, as receitas do Estado originadas na actividade agrícola, e “fundos fictícios”, as receitas do Estado originadas nas demais actividades, e advoga a fixação de taxas de juros baixas como meio de proporcionar o investimento de capital e o progresso agrícola.

Outros estudos económicos produzidos fora do âmbito da Academia das Ciências denotaram também influência da fisiocracia, ainda que em alguns casos de forma assaz ténue. É o caso de António Araújo Travassos com o seu *Discurso político sobre a agricultura particularmente a de Portugal* (Travassos 1792; 1923), em que apontava os inconvenientes dos baixos lucros e das múltiplas variedades de impostos para o progresso da actividade agrícola. É ainda, e sobretudo, o caso de Rodrigues de Brito, um professor da Universidade de Coimbra, que nas suas *Memórias Políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, e principalmente de Portugal* (Brito 1803-5; 1992) reafirma a primazia da actividade agrícola no processo de desenvolvimento, a única que em seu entender proporciona um excedente.

Apesar da hegemonia clara do campo do saber económico, integram ainda o campo das ideias económicas desta época expressões de um pensamento mercantilista tardio, centrado na análise da actividade mercantil e em geral desconhecedor das contribuições da fisiocracia. Dele são exemplo o estudo *Os estrangeiros do Lima*, publicado no fim do século XVIII pelo médico Lima Bezerra (Bezerra 1785-91; 1992), no qual o autor abordava os problemas económicos portugueses ainda no âmbito da esfera mercantil, e o *Ensaio económico* que Azere do Coutinho publicou pela mesma época (Coutinho 1794; 1992), o qual era ainda dominado pela ideia de pacto colonial.

Ainda que inexistindo nesta fase expressões claras de um pensamento clássico, ele aflorava já circunstancialmente na ideia de produção avançada por Chichorro na *Memória económico-política da província da Extremadura* (Chichorro 1795; 1943) e na noção de valor exposta por Manuel Joaquim Rebelo na sua *Economia política feita em 1795* (Rebelo 1992), por exemplo.

2.4. A economia clássica (1804-1858)

As forças sociais burguesas em ascensão, apesar da sua fraqueza quando comparadas com as das sociedades do noroeste europeu, chegariam ao poder com a revolução vintista e estavam naturalmente interessadas no conhecimento e utilização das leis económicas no seu combate histórico pela instauração da sociedade liberal.

A racionalização de tal projecto no plano da reflexão económica traduziu-se na recepção e difusão da economia política clássica — o primeiro paradigma científico económico — que tinha como problemáticas centrais as condições de funcionamento de uma economia de mercado, a causa da riqueza das nações e a distribuição do rendimento. O tratamento desta problemática envolvia um conjunto renovado de noções operatórias, designadamente uma nova concepção dos factores produtivos e das respectivas remunerações, uma metodologia essencialmente dedutiva que compreendia a representação da realidade económica através de modelos, um conjunto de conclusões que afirmavam a possibilidade de funcionamento de uma economia de mercado e recomendavam a conveniência da ausência de política económica, considerada a neutralidade das finanças públicas e as vantagens do livre-cambismo e do padrão-ouro.

Entre nós, a época da economia clássica surgia desde logo assinalada pelo crescimento nítido do número de estudos e por uma diversificação da literatura económica que, para além das reflexões centradas em problemas concretos e mais ou menos particularizados, como sucedia nas fases imediatamente anteriores, compreendia também estudos de natureza teórica e abstracta.

O texto que assinala o início da nova hegemonia no campo das ideias económicas em Portugal é o *Princípios de Economia Política* de Silva Lisboa (Lisboa 1804; 1993), um ensaio teórico que contém já de forma manifesta pontos de vista caros a Adam Smith — que Lisboa sintomaticamente considera “o novo Arquimedes” —, nomeadamente a respeito da teoria do valor trabalho.

A preocupação de difundir esta nova concepção do mundo económico envolveu a exposição sistematizada do saber económico sob a forma de compêndio. Ideias características da escola clássica foram assim expressas sucessivamente no *Compêndio de Economia Política* da autoria de Manuel de Almeida (Almeida 1821-3; 1993) — justa-

mente o primeiro compêndio de economia que se elaborou em Portugal — bem como nas *Noções elementares de economia política* de Oliveira Marreca (Marreca 1838; 1983) e nos *Elementos de Economia Política* de Adrião Forjaz de Sampaio (Sampaio 1839; 1995), entre outros.

Este último texto assumiu um particular relevo não só porque constituiu a base do ensino da economia logo que esta disciplina passou a integrar o currículo de estudos universitários em 1836 — numa fase em que a universidade adquiriu protagonismo como centro de reflexão económica —, como revelou a influência poderosa da obra de J.-B. Say (e em menor escala de outros autores da Europa continental) nos estudos económicos portugueses deste período em detrimento da recepção directa da obra dos economistas clássicos e liberais anglo-saxónicos, designadamente de Ricardo e de McCulloch.

Para além destes estudos desligados de considerações práticas imediatas, é visível a presença de uma relativamente vasta literatura económica ainda influenciada pelo paradigma clássico mas aplicada aos problemas portugueses. São momentos mais representativos dessa literatura a *Memória económica sobre a fraqueza do comércio dos vinhos do Alto Douro*, na qual o já referido Silva Lisboa advogava a liberdade comercial (Lisboa 1812), mas sobretudo as obras de Acúrsio das Neves, as *Variedades* (Neves 1814-1817; s/da) e a *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa nos seus diferentes ramos* (Neves 1820; s/db) na qual, apoiando-se em Smith, procura diagnosticar as causas do atraso da economia portuguesa, sustentar a liberdade empresarial, as vantagens da maquinofactura e da introdução da energia vapor e, em geral, enunciar os rumos da industrialização do país.

Ainda que esta economia aplicada revele por norma uma componente doutrinária e normativa, há ao longo deste período uma literatura mais estritamente político-económica e técnica de cariz liberal a que também não é estranha a influência do pensamento económico clássico. Alguns textos de Mouzinho da Silveira, designadamente a *Minuta do projecto de alvará de liberalização do comércio externo português* (Silveira s/d; 1989), preconizando a liberalização do comércio português, são porventura os mais representativos dessa literatura.

Outro dado novo deste período é o aparecimento no espaço português de traduções de obras marcantes da cena internacional. É o caso da *Riqueza das Nações*, ainda que em edição parcial, com circulação

limitada e sem grande continuidade imediata (Smith 1811-2), ou ainda do *Catecismo* de Say (Say 1822).

A hegemonia da escola clássica como referencial teórico é nesta fase acentuada, influenciando significativamente o próprio senso comum. As manifestações de correntes de pensamento económico diverso são então pouco claras. Há uma literatura especializada de índole tecnológica, demográfica, estatística ou financeira, mas com significado económico, de que são exemplo os *Princípios de sintelologia* de Ferreira Borges (Borges 1831; 1995) ou as *Considerações acerca da renda total da nação portuguesa e sua distribuição* de Marino Franzini (Franzini 1843).

As correntes doutrinárias e teóricas heterodoxas presentes na cena internacional tiveram expressões diversificadas em Portugal neste período. Se o socialismo ricardiano, por exemplo, esteve completamente ausente, já a escola da economia nacional se reflectiu nos esforços teorizantes de Oliveira Marreca que, em diversos artigos publicados a partir de meados da década de 1840, designadamente em *Fábricas* (Marreca 1846; 1983), procura, numa linha próxima de List, reconverter conceitos da análise económica de forma a tornar a nação unidade analítica fundamental. Também a reacção estatizante de Sismondi ao pensamento clássico e liberal teve algum impacto na cena das ideias económicas em Portugal.

No entanto, estas expressões do pensamento heterodoxo raramente alcançaram extensão e sistematicidade suficientes para se constituírem em corrente de pensamento demarcada e antes tenderam a integrar uma literatura que não desconhecendo o *apport* clássico o misturava com referências diversificadas em discursos ecléticos e nem sempre coerentes. As múltiplas notas e recensões publicadas por Solano Constâncio ao longo da década de 1820 nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* e nos *Novos Anais das Ciências e das Artes* (Constâncio 1995), nas quais apelava simultaneamente a Smith, a Sismondi e a Chaptal, entre outros autores, são um dos momentos mais representativos desta literatura.

2.5. O pensamento eclético (1858-1935)

A estabilização em meados do século XIX de um capitalismo dependente que privilegiou a especulação financeira à modernização dos

sectores directamente produtivos foi o quadro no qual se definiu uma nova estrutura do campo dos saberes económicos.

Foram características marcantes desta nova época a perda do significado que o discurso económico havia adquirido enquanto instrumento de transformação da ordem social no período imediatamente anterior. Este facto repercutiu-se na diminuição do ritmo de publicação de estudos económicos de índole teórica e na redução do discurso propriamente teórico a um saber até certo ponto fundamentador das doutrinas mas com pouco significado na definição das políticas económicas. Estas apelavam agora mais ao pragmatismo, ao saber técnico imediato e ao senso comum que aos princípios da economia política.

O campo das ideias propriamente teóricas surgia então dominado por um ecletismo não raro pouco consistente, que se expressava desde logo nos manuais de ensino da economia — textos vocacionados para sintetizar o saber de uma época — e que não se confundia com um historicismo dominante em alguns países da Europa continental.

O acontecimento que melhor simboliza o início desta fase, e que de alguma forma exhibe características susceptíveis de individualizar uma putativa “escola portuguesa” (justamente nesta fase em que a institucionalização do ensino da economia política facilitava a afirmação de escolas nacionais), é a publicação da 5.^a edição dos *Novos elementos de economia política e estadística* de Forjaz de Sampaio (Sampaio 1858).

Este texto havia começado na sua 1.^a edição, de 1839 (Sampaio 1839; 1995), por ser uma adaptação do *Catecismo* de Say, mas a cada nova edição revelava um afastamento crescente da ortodoxia inicial, tomada por excessivamente individualista e abstracta. A edição de 1858 exhibia já características bastante diversas e de alguma forma conformadoras do novo “paradigma” dominante. Era já então visível uma ordem de exposição das matérias que se afastava do esquema difundido a partir de Say (produção, distribuição e consumo) e que antes considerava uma arrumação em leis económicas, política económica e finanças públicas. As suas principais características eram no entanto a presença de um hibridismo resultante do enunciar de diversas posições a respeito dos diversos tópicos da reflexão económica e uma relação cada vez mais indiscernível entre a componente propriamente teórica e analítica e a afirmação da doutrina, no caso a economia cristã de Bargemont e o krausismo.

Características semelhantes marcaram a generalidade dos manuais publicados ao longo deste período, designadamente os utilizados no ensino da economia na Universidade de Coimbra. Foi o caso dos *Princípios de Economia Política* de Frederico Laranjo, começados a publicar em 1882 e reunidos em livro em 1891 (Laranjo 1997), muito embora este texto retomasse o esquema de Say na arrumação das matérias, estabelecesse uma melhor destrição entre o corpo doutrinal e os elementos analíticos e revelasse uma erudição superior à constante do compêndio de Sampaio. Foi o caso da *Ciência Económica* de Marnoco e Sousa, texto que, designadamente na sua última versão (Sousa 1910; 1997), levou até ao limite a lógica de construção do texto didáctico em torno da apresentação das diversas posições teóricas disponíveis no “mercado” internacional das ideias económicas a respeito de cada um dos tópicos tratados. Foi ainda o caso do compêndio de *Economia Política* de Oliveira Salazar (Salazar 1927), que não só revelava menor abrangência temática e erudição que o de Marnoco e Sousa como teimava em não acolher os dados mais relevantes da inovação teórica do seu tempo, em particular a primeira síntese neoclássica.

O paradigma eclético projectava-se ainda de alguma forma na presença na cena das ideias económicas de uma multiplicidade de correntes de pensamento individualizadas, ainda que algumas delas fossem as fornecedoras dos elementos teóricos e doutrinários integrantes do própria corrente eclética. A separação entre a corrente dominante e as diversas correntes dominadas já não se colocava tanto na oposição entre correntes velhas e correntes novas, como sucedia nos períodos anteriores, mas sobretudo na oposição entre o ecletismo dominante e as correntes que emergiam quer das suas clivagens internas quer das oposições externas que ele próprio suscitava.

Em qualquer caso, e ainda que algumas das correntes dominadas tivessem um carácter incipiente, é visível a presença de um discurso de base clássica que se prolonga, entre outros momentos de menor expressão, nos *Princípios de Economia Política* de Rodrigues de Freitas (Freitas 1883; 1996). Há também abordagens da problemática portuguesa que se situam na vizinhança da escola histórica alemã — designadamente quando recorrem ao conceito de economia nacional como unidade analítica basilar —, como é o caso do estudo de Anselmo de Andrade intitulado *A Terra* (Andrade 1898). Há episódicos e sumários

afloramentos da teoria marxista, designadamente em conferências proferidas por Laranjo (Laranjo 1874-5) alguns anos antes da publicação do seu compêndio. Há manifestação rara, mas elaborada, do pensamento neoclássico, e em particular da teoria do equilíbrio económico geral, no estudo de António Osório *A matemática na economia pura: a troca* (Osório 1911; 1996), mas também, e já no terminar deste período, num estudo de Costa Leite sobre crises económicas, o *Ensaio sobre a teoria das crises económicas* (Leite 1933), e ainda resultados de investigação teórica original sobre estruturas de mercado na *Teoria económica dos monopólios* de Teixeira Ribeiro (Ribeiro 1934). Há por fim uma vasta literatura técnica-económica e uma economia descritiva que procura dar conta de aspectos parcelares das relações económicas à margem de referências teóricas precisas.

Em articulação com esta configuração do pensamento teórico, revela-se no plano doutrinal uma significativa diversidade no grau de sistematização com que são formuladas as doutrinas e na forma como é olhada a problemática económica portuguesa, designadamente no que respeita aos tópicos que polarizam os debates: oposição livre-cambismo *versus* protecção, articulação entre mercado e estado e definição das prioridades sectoriais do processo de desenvolvimento. Manifestam-se assim nesse plano liberalismos diversos, socialismos de inspiração marxista ou cooperativa, mas sobretudo uma multiplicidade de terceiras vias, as quais procuram no pensamento eclético a sua fundamentação teórica.

2.6. O corporativismo (1935-1947)

O bloco social que alcança o poder com o estabelecimento do Estado Novo em 1933 procede à reelaboração do discurso hegemónico em perspectivas marcadamente anti-liberais e anti-socialistas.

Ainda que as preocupações económicas não ocupassem um lugar central nesse novo discurso, e que a própria política económica da ditadura se apoiasse preferencialmente num pragmatismo pouco valorizador da sofisticação teórica, tal discurso não dispensava completamente o apelo à teoria económica enquanto instância de legitimação, pelo que, a curto prazo, emergiram esforços tendentes à edificação de uma teoria económica do sistema corporativo.

Tais esforços, que não tinham antecedente significativo em Portugal, traduziram-se na tentativa de edificação de um corpo teórico reclamadamente original, mas de facto inspirado nas criações dos economistas do fascismo italiano. O alvo da reflexão era a caracterização estrutural e funcional do sistema económico corporativo, assumido aprioristicamente como uma “terceira via” diversa e oposta ao capitalismo e ao socialismo. O tratamento desta problemática envolvia a construção de conceitos originais mas sobretudo um apelo a conceitos próprios da primeira síntese neoclássica, os quais renomeados e reinterpretados nas condições próprias do putativo sistema corporativo passavam a integrar um novo edifício teórico. Conceitos como *homo corporativus*, bem comum, corporação, empresa corporativa, salário corporativo, preço corporativo, renda corporativa, juro corporativo e outros constituíam agora a base da análise económica. No plano metodológico, a perspectiva da nova teoria era dedutiva, já que o principal modelo adoptado para a sua construção era o da economia neoclássica. As conclusões a que este novo paradigma chegava resumiam-se fundamentalmente na afirmação da viabilidade e na eficiência acrescida da regulação corporativa relativamente ao mercado, já que permitia alcançar o equilíbrio evitando as flutuações, as crises e o desperdício.

O primeiro momento significativo na afirmação desta nova corrente hegemónica foi a publicação por Costa Leite de *A doutrina corporativa e a teoria económica* (Leite 1935), um texto no qual, partindo da constatação que a economia moderna assentava em unidades económicas de grande dimensão e na concorrência imperfeita, se fundamentava a regulação estatal e corporativa da economia como a forma necessária e legítima de impedir as rendas de monopólio. O mesmo autor procurou ainda apresentar em *A doutrina corporativa* (Leite 1936) uma perspectiva macroeconómica do sistema corporativo na qual tal sistema surgia como conduzindo ao que este autor designava de “máximo hedonístico comum”, um equilíbrio económico geral no qual a corporação ocupava o lugar do leiloeiro walrasiano.

Tanto estes textos de Costa Leite como *A economia corporativa e o problema dos preços* (Veiga 1941) e *A regulamentação do salário* de Mota Veiga (Veiga 1944) acolhiam a noção de *homo æconomicus* e consideravam que cabia ao Estado e às corporações corrigir os previsíveis comportamentos egoístas e não conformes ao bem comum por parte de tal agente económico.

Esta base analítica não era no entanto de aceitação geral entre os corporativistas portugueses. Uma segunda interpretação do sistema corporativo, expressa, por exemplo, em *O sistema corporativo* de Marcelo Caetano (Caetano 1938) e nas *Lições de Direito Corporativo* de Teixeira Ribeiro (Ribeiro 1938), adoptava a noção de *homo corporativus*, definido como o agente económico que substitua o egoísmo característico do *homo oeconomicus* pelo que o segundo destes autores designava de "*affectio societatis*" e, bem assim, a noção de empresa corporativa, caracterizada pela fusão originária dos interesses dos diferentes grupos humanos que a integravam. Estas inovações conceituais resultavam nas ideias afins de corporativismo de associação e de economia auto-dirigida, um tipo de corporativismo no qual as corporações, organizadas de acordo com a ideia de monopólio bilateral, assumiam o papel principal na regulação da vida económica enquanto a mão visível do Estado tinha a sua acção diminuída por desnecessária.

A análise microeconómica entretanto empreendida procurava fixar uma teoria do valor que oscilava entre a teoria do valor trabalho, expressa por Carlos H. Sousa no seu *Tratado de economia corporativa* (Sousa 1942?) e abordagens ecléticas, como sucedia no texto de Marcelo Caetano já acima referido.

Também os mecanismos de determinação dos preços eram objecto de análises divergentes. Costa Leite, no texto de 1936 acima referido, sustentava que o preço corporativo era igual ao preço de mercado concorrencial só que fixado *ex ante* pelo Estado ou pela corporação, enquanto para Ribeiro, no texto de 1938 igualmente já referido, aquele preço seria diverso do de mercado concorrencial já que se tratava de um preço determinado pela negociação entre agentes tomados pelo espírito do *homo corporativus* cujas ideias acerca do bem estar colectivo afectariam as curvas de oferta e procura.

As evidentes hesitações na construção deste corpo teórico não evitaram que este se impusesse por vias administrativas e políticas como dominante, designadamente no âmbito dos saberes académicos, mas já evitaram que os seus principais protagonistas arriscassem a compendiação deste saber. De facto, os raros compêndios, e bem assim as teses de doutoramento, que deram curso à ideia de uma teoria económica do corporativismo ao longo desta década, de que são exemplo o já citado *Tratado* de Carlos H. Sousa e *A nova ordem económica* de Samuel

Oliveira (Oliveira 1936), foram elaborados por representantes menores deste movimento de ideias.

Apesar da debilidade, senão da inviabilidade, de uma tal teoria, a natureza autoritária do Estado e da própria instituição universitária não facilitou a manifestação de correntes de pensamento económico para além daquela que era imposta mais por mecanismos políticos e administrativos que por reconhecimento de uma hipotética superior capacidade explicativa. Ainda assim sobrevivia em alguns compêndios universitários, designadamente nos *Elementos de economia política* de Lino Neto (Neto 1936), um ecletismo enfraquecido que tendia a degenerar num discurso institucionalista ingénuo no qual a componente propriamente teórica — desactualizada — se diluía num mar de afirmações doutrinárias e de considerandos jurídicos. O discurso neoclássico apenas se anunciava timidamente num ou noutro momento, designadamente na conferência de Pinto Barbosa *A economia do ponto de vista positivo e do ponto de vista teleológico* (Barbosa 1943). Para além disso, e como já acontecia nos períodos anteriores, tinha curso uma relativamente vasta literatura económica que se ocupava de diferentes aspectos da vida económica nacional na qual descrições parcelares, quando não o simples memorialismo, deixavam pouco campo para a aplicação da teoria.

No plano doutrinário, o corporativismo, desde logo presente no texto da Constituição de 1933, tinha também necessariamente a primazia. O socialismo de cariz marxista, activo na esfera da política, não denotava estruturação consistente no plano da doutrina económica e o liberalismo, desacreditado e reprimido, não se expressava então em qualquer reflexão económica digna de registo.

2.7. A síntese neoclássica-keynesiana (1947-...)

A sobrevivência do Estado Novo à conjuntura que se seguiu ao termo da Segunda Guerra Mundial apenas ocultou algumas efectivas transformações em curso na sociedade portuguesa. O bloco social dominante recompôs-se mediante o reforço da posição da burguesia industrial e a emergência de *lobbies* desenvolvimentistas, a consciência do atraso económico em que Portugal se encontrava generalizou-se e, como consequência, emergiu uma nova estratégia visando lançar um processo de modernização da economia portuguesa.

O discurso corporativo, centrado na preservação dos equilíbrios, permaneceu como doutrina oficial do Estado Novo, mas revelava-se inapto para acolher as novas preocupações e para servir de base à formulação da nova estratégia.

Gerou-se, assim um processo de renovação e recomposição dos saberes económicos, designadamente dos de índole teórica, que compreendeu a remissão da teoria económica corporativa a uma posição marginal e a recepção da síntese neoclássica-keynesiana, já então a corrente do pensamento económico dominante na generalidade das sociedades mais evoluídas do mundo capitalista.

A publicação da primeira versão da “sebenta” das lições de *Economia Política* de Pinto Barbosa (Barbosa 1947-8) é o acontecimento que melhor pode assinalar o início deste novo período. Silenciada a teoria económica corporativa e ultrapassada a perspectiva eclética dos velhos manuais de ensino da economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) — então a única escola universitária portuguesa especificamente dedicada ao ensino das ciências económicas —, surgia uma exposição da microeconomia do consumidor, do produtor e dos mercados através de uma linguagem diagramática e algébrica típica dos modernos manuais da especialidade. A base teórica fundamental das referidas lições era a primeira síntese neoclássica acrescida de diversos aprofundamentos que a foram enriquecendo ao longo das primeiras décadas do século. O keynesianismo era ainda apenas vislumbrável em um capítulo final dedicado ao estudo do rendimento nacional.

Esta última corrente do pensamento económico teria no entanto um grande e quase imediato impacto na cultura económica portuguesa, não só porque o ensino da economia, após a reforma dos estudos económicos no ISCEF ocorrida em 1949, passou a ter como referência teórica fundamental a síntese neoclássica-keynesiana expressa no modelo IS-LM, mas também porque a *Revista de Economia*, então a mais importante publicação periódica económica existente em Portugal, lhe deu ampla divulgação.

A hegemonia desta corrente confirmar-se-ia em teses de doutoramento publicadas no decurso dos anos 50, nomeadamente nas apresentadas por José Beleza (Beleza 1955), Jacinto Nunes (Nunes 1956) e Teixeira Pinto (Pinto 1956), e sobretudo nos compêndios publicados por Pereira de Moura na década seguinte, as *Lições de Economia* (Moura 1964) e a *Análise económica da conjuntura* (Moura 1969), os

quais constituiriam o principal suporte bibliográfico do ensino da economia em Portugal durante algumas décadas.

Para além de definir os dados fundamentais do pensamento teórico, a síntese neoclássica-keynesiana serviu de suporte ao desenvolvimento dos estudos econométricos e foi referencial fundamental para a generalidade dos ramos especializados em que a economia deste período se veio progressivamente a diferenciar.

O potenciar de algumas posições críticas e correntes alternativas na sequência de modificações sociais relevantes mas sobretudo no contexto da chamada segunda grande crise da teoria económica levou à transformação e ao abandono de alguns dos componentes analíticos da síntese neoclássica-keynesiana e enfraqueceu a sua posição enquanto referencial teórico dominante. No entanto, nenhuma daquelas correntes impôs até ao momento de modo claro e sustentado uma nova hegemonia, ao menos no plano do ensino da disciplina.

Em qualquer caso, este período trouxe um significativo aumento do número e variedade das correntes de pensamento teórico presentes no campo dos saberes, para além um significativo aumento do número de organizações dedicadas à investigação e ao ensino da economia, da quantidade de economistas profissionais e bem assim do ritmo de publicação de textos de carácter económico.

Para além da já nomeada síntese neoclássica-keynesiana, emergiu também no imediato pós-guerra uma corrente marxista que se expressou quer em estudos de reflexão teórica pura quer em estudos aplicados ao caso português, muitos dos quais surgidos nas páginas da *Revista de Economia*. O estudo de Armando Castro *Alguns aspectos da agricultura nacional* (Castro 1945) é porventura o primeiro acontecimento significativo deste tipo de investigação.

Após um período de efectiva cessação dos esforços tendentes a construir uma teoria económica do sistema corporativo verificou-se um efémero renascimento desta corrente de pensamento, especialmente quando na primeira metade da década de 1950 alguns estudos de natureza abstracta, na sua maioria publicados na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos* por Sedas Nunes (Nunes 1952) e por Silva Pereira (Pereira 1953) procuraram adaptar a teoria às exigências da estratégia modernizante. A reelaboração da teoria económica da empresa corporativa e a articulação entre a estrutura global corporativa e os mecanismos da planificação foram então dois tópicos centrais dessa reflexão.

Outras correntes de menor alcance e significado estiveram também presentes neste período da evolução do campo dos saberes económicos. Foi sobretudo o caso do estruturalismo, à luz do qual se introduziram instrumentos analíticos de grande alcance, designadamente matrizes de *input-output*, e se produziram alguns estudos relevantes para a compreensão dos termos do atraso português, de que é exemplo *A estrutura da economia portuguesa* de Pereira de Moura, Teixeira Pinto e Jacinto Nunes (Moura, Pinto, Nunes 1954).

O período revolucionário de 1974-75 potenciou a corrente marxista mas sem que tal situação, por breve, envolvesse significativa reordenação do campo dos saberes e a definição de uma nova hegemonia. Esta só foi verdadeiramente desafiada em anos recentes por uma teoria do equilíbrio económico geral revigorada, a qual, recebendo uma atenção crescente no âmbito da investigação e do ensino, tem como principal expressão, pelo menos no que respeita ao saber compendiado, a *Análise Económica* de Alfredo Sousa, publicada em primeira edição em 1987 (Sousa 1990).

No plano da doutrina, este período iniciado no pós-guerra continuou formalmente dominado pelo corporativismo, mas o dado mais marcante foi a irrupção de um “engenheirismo”, protagonizado pelos engenheiros Ferreira Dias (Dias 1945; 1998) e Araújo Correia (1952). Caracteriza esta doutrina a valorização de uma ideia de progresso que tende a confundir-se com inovação técnica e com um voluntarismo autoritário minimizador do significado da análise económica na definição e avaliação do processo desenvolvimentista.

Para além destas doutrinas racionalizadoras das estratégias dominantes, existiram múltiplas manifestações de doutrinas dominadas, designadamente de um agrarismo que resistia à ideia de modernização, de um liberalismo que reemergia à medida que o corporativismo se desqualificava, de um socialismo que alcançava nos anos do pós-guerra um novo patamar no que respeita a sistematização programática e a influência social.

3. Confronto com outras perspectivas

A historiografia do pensamento económico português conta fundamentalmente com três estudos visando dar uma perspectiva geral da

evolução deste campo do saber; são eles *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, de Moses Amzalak (Amzalak 1928), o conjunto de estudos de Armando Castro constituído por *As ideias económicas no Portugal medieval* (Castro 1978a), *Doutrinas económicas em Portugal (séculos XVI a XVIII)* (Castro 1978b) e *O pensamento económico no Portugal moderno* (Castro 1980) e o estudo publicado em Inglaterra por António Almodovar e José Luís Cardoso *A history of Portuguese economic thought* (Almodovar, Cardoso 1998). Ainda que nenhum desses estudos apresente fundamentação explícita da periodização adoptada, há necessariamente neles, por imposição da perspectiva teórica ou ideológica que preside à construção da narrativa histórica, um critério de periodização. Importa assim procurar explicitar esses critérios e confrontar os resultados alcançados — divergentes entre si — de forma a tornar claras as diferenças em relação à periodização que aqui propomos.

3.1. A periodização de Amzalak

Ainda que Amzalak tenha chegado a anunciar a publicação de uma *História das doutrinas económicas em Portugal* (Amzalak 1928, 21), nunca tal obra viu a luz do dia pelo que ao considerarmos o *apport* deste autor nos temos que cingir à história revelada, isto é, ao citado *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*.

Topamos aí com uma identificação breve de autores e obras ordenados cronologicamente. A análise crítica ausente é substituída por uma profusão de notas que pormenorizam alguns dos dados bio-bibliográficos constantes do texto principal.

Não resulta daqui uma periodização formal. No entanto, e porque a unidade analítica basilar utilizada é o autor empírico e singular, tem-se uma periodização implícita em que cada período corresponde a cada um dos autores repertoriados.

Tal periodização decorre directamente de uma concepção de história que reconhece os indivíduos concretos e as respectivas obras mas que desconhece as estruturas, tanto as sociais como as das ideias. As referências a “correntes de ideias” (Amzalak 1928, 11), a “teorias” (Amzalak 1928, 11) e a “escolas económicas” (Amzalak 1928, 18) não só não resultam de qualquer tipologia ou qualificação

analítica como não desempenham qualquer papel relevante na análise empreendida, limitando-se a uma função retórica ou, quando muito, de vaga alusão cronológica. Não estão aptas a servir de critério de periodização.

Outra consequência do evidente déficite de reflexão fundamentadora da narrativa, e por extensão da periodização, é o tom adjectivante do discurso, mais próprio do senso comum do que de um discurso que se quer científico. Expressões como economista “preclaro” (Amzalak 1928, 11), ou “ilustre” (Amzalak 1928, 13), ou ainda preocupações patrióticas em “assinalar os momentos em que portugueses marcaram o primeiro lugar” (Amzalak 1928, 44) são expedientes de uma historiografia não-científica que se destina a instituir galerias de heróis e a valorizar socialmente indivíduos ou grupos sociais mas não a fundamentar um critério de periodização sustentável e menos ainda a construir uma história explicativa. Em qualquer caso, a consequência desta atitude epistemológica é a sugestão de que a história do pensamento económico português se pode periodizar e compor a partir do registo da alternância de períodos em que existem “conjuntos de economistas em épocas tão notáveis que até se poderá constituir um corpo de doutrinas económicas portuguesas” (Amzalak 1928, 21) com outros períodos em que tais tipos de conjuntos estão ausentes.

Outro potencial critério de periodização também presente no texto de Amzalak — e na bibliografia francesa de que era tributário, designadamente na de René Gonnard — é o que decorre da sugestão de que o desenrolar da história do pensamento económico é pautado por um movimento cíclico: “a história repete-se e às vezes as circunstâncias em determinados períodos são absolutamente idênticas” (Amzalak 1928, 18). Tal sugestão não passa no entanto de um expediente retórico destinado a justificar a disciplina; um expediente fundado na afirmação que o conhecimento do passado permite evitar eventuais erros de política económica no momento do reaparecimento de conjunturas já estudadas: “muitos erros funestos e muitas desilusões se teriam evitado se a maior parte dos estadistas tivessem tido conhecimento da história económica no seu duplo aspecto da evolução dos factos e das ideias” (Amzalak 1928, 14). No entanto, Amzalak não só nunca identificou explicitamente os alegados ciclos característicos da evolução do pensamento económico como jamais ousou adoptá-los como instrumento de periodização.

3.2. A periodização de Castro

O conjunto de três estudos de Armando Castro acima citados também não exhibe uma periodização formal. O exame dos diversos capítulos permite no entanto perceber que foram adoptados os seguintes períodos:

- o pensamento económico medieval
- o pensamento económico no século XV
- o pensamento económico seiscentista
- as ideias económicas setecentistas
- a modernidade doutrinal possível entre 1780/5 e 1820/5
- os primórdios da ciência económica
- o pensamento pós-clássico
- as concepções económicas dominantes nos primeiros lustros do século XX
- [dos anos que precedem a eclosão da Segunda Guerra Mundial à actualidade]

Uma primeira aproximação à periodização adoptada por Armando Castro — desde logo as designações da generalidade dos períodos individualizados — sugere que a mesma teve por base a noção de século. Contudo, não é assim. Tal unidade de medida do tempo não é objecto de qualificação particular que a habilite a estruturar uma narrativa sofisticada.

Com efeito, a reconstituição histórica proposta por Armando Castro revela-se muito mais complexa do que a que resultaria da adopção da noção corrente de século enquanto *pivot* da análise. Esta não só se refere directamente aos suportes sociais das doutrinas e teorias económicas como opera com base nas ideias de estrutura social, de dinâmica social, de luta de classes; toma ainda como hipótese central a transparência da cena do pensamento económico, e de cada uma das correntes que a compõem, relativamente aos respectivos suportes sociais.

Os economistas concretos que povoam a narrativa jamais se apresentam como personagens singulares e auto-determinadas mas antes como lugares concretos em que se manifestam os diferentes interesses classistas na esfera da reflexão económica. O discurso económico que enunciam — expresse-se ele num texto abstracto-sistemático, num es-

tudo de economia aplicada ou num simples panfleto — mais que “realizar” uma episteme ou mesmo uma escola específica antes “realiza” imediatamente um interesse classista, já que não é reconhecida autonomia a tal tipo de discurso. As próprias barreiras epistemológicas que os economistas defrontam na leitura de determinados fenómenos económicos ao longo da história revelam-se essencialmente barreiras sociais e eventuais descoincidências entre período social e período doutrinal ou entre classe dominante e doutrina dominante reveladas pela análise empírica — como sucede com a interpretação do mercantilismo português — são tomados como meros fenómenos de antecipação ou de sobrevivência superestrutural.

É esta postura externalista que leva Castro a admitir que não se ocupa da “fixação das origens e filiação doutrinárias das maneiras de ver dos sucessivos autores cujo pensamento económico invocaremos” (Castro 1978a, 12) ou a definir o mercantilismo não como um conjunto *sui generis* de noções e de alvites mas antes como uma pura racionalização dos interesses históricos da burguesia comercial: “já não traduzirão esta orientação [mercantilismo] maneiras de ver que apontem para interesses económicos que não sejam os do desenvolvimento e reforço das posições do capitalismo mercantil” (Castro 1978b, 42).

O acentuar excessivo da perspectiva sociológica, com a conseqüente não consideração da autonomia relativa da cena das ideias económicas, impede este autor de assinalar os cortes temporais constantes da periodização através de acontecimentos singulares directamente reportáveis às doutrinas ou às teorias económicas, como sucede, por exemplo, na periodização que nós próprios aqui propomos. Ao contrário, os cortes avançados por Armando Castro referem-se a momentos implícita ou explicitamente tomados como particularmente significativos no plano da história social. Tais cortes decorrem de uma perspectiva externalista com curso em alguma literatura de inspiração marxista. Exemplo dessa literatura é a *História das doutrinas económicas* de Karataev *et alii* (1964), na qual se individualizam períodos tais como o da economia burguesa clássica, o da economia burguesa vulgar, o da economia pequeno-burguesa, o da economia do proletariado, ou o das doutrinas económicas da época de transição do capitalismo ao socialismo.

A diferença que se coloca entre a perspectiva de Armando Castro e a da literatura citada é apenas aparente. Apesar da possível sugestão em contrário, as designações adoptadas para os diferentes períodos não

traduzem uma demarcação dos diversos períodos da história das ideias económicas em resultado de uma mera aplicação da divisão convencional do tempo linear em séculos. A citação dos diversos séculos (ou partes ou conjuntos destes) apenas conota e designa conjunturas demarcadas da estrutura social e configurações específicas da luta de classes.

Tal forma de apresentação deixa no entanto em suspenso pelo menos duas questões fundamentais. A primeira, é a de saber se uma perspectiva que tende a absolutizar a vertente sociológica na análise da história das ideias económicas e que, em consequência disso, prescinde da referência directa a essas mesmas ideias ao periodizar a sua evolução é epistemologicamente aceitável. A segunda, é a de saber se a correspondência estabelecida entre os cortes temporais convencionais e as conjunturas longas da evolução social é sustentável. É que tal correspondência não só não é demonstrada no texto de Armando Castro como não encontra facilmente apoio nas hipóteses de periodização que têm vindo a ser propostas pela generalidade dos autores (vd. por todos Valério 1988).

3.3. *A periodização de Almodovar e Cardoso*

O estudo de Almodovar e Cardoso propõe uma divisão da história do pensamento económico português em, pelo menos, seis períodos. São eles:

- The Golden Age and the mercantilist era (1500-1750)
- The new path to the wealth of the Portuguese nation (1750-1808)
- The difficult reception of classical political economy (1810-1850)
- The avoidance of analytical economic thought (1850-1920)
- From corporatism to Keynesian economics (1920-1960)
- [? (1960-...)]

Em termos sumários poder-se-á afirmar que a narrativa proposta por Almodovar e Cardoso recorre a uma tipologia conceitual formada pela trilogia «theories, practices and doctrines» (1998: 1 e 7); revela preferência por uma perspectiva abrangente, susceptível de dar conta

da articulação do campo dos saberes económicos com as condições sociais que lhe são exteriores mas condicionantes; define uma metodologia de análise que parte da caracterização das diversas correntes de pensamento económico, das formas como estas são entendidas e eventualmente transformadas em função das condições concretas em que são recebidas no país para depois se ocupar dos aparelhos de difusão do discurso económico e bem assim das condições de apropriação desse discurso pelos diversos grupos sociais.

Em todos estes momentos é evidente a semelhança dos pontos de vista enunciados com aqueles que nós próprios assumimos ao longo deste estudo. Já o mesmo não sucede relativamente às propostas de periodização. A periodização avançada por Almodovar e Cardoso afigura-se-nos inconsistente com os critérios sugeridos pela tipologia conceitual e pela metodologia pré-definidas, não resultando evidente a razão de ser de muitos dos cortes temporais que contem. Assim:

A data que marca o início do primeiro período — 1500 — não assinala o início das manifestações de um pensamento económico mais ou menos sistematizado. Com a condição de considerarmos a escolástica como pensamento económico, concluiremos facilmente que tais manifestações não só antecedem em mais de dois séculos a data proposta como permanecem muito para além do início do século XVI. Por outro lado, a data que fecha este mesmo período — 1750 — corta em duas a época mercantilista, sem razão aparente. A própria expressão usada para designar esse primeiro período — *the Golden Age* — é no mínimo ambígua, sabido que os descobrimentos marítimos não se projectaram significativamente nos saberes económicos em Portugal.

Também não é evidente a razão pela qual a corrente fisiocrática, ou agrarista se se preferir, é diluída e desvalorizada na periodização proposta. Por um lado, tal corrente ainda não existe em 1750; por outro lado, 1810 é uma data muito posterior ao início da publicação das Memórias da Real Academia das Ciências e é mesmo posterior aos primeiros sinais claros da recepção do paradigma clássico, não tendo nenhuma das duas datas indicadas qualquer significado particular em relação às manifestações do pensamento económico influenciado pela fisiocracia.

Se o corte estabelecido em 1850 para assinalar o fim do período clássico não levanta problema particular, já a escolha de 1920 como marco cronológico assinalando o início da quinta fase da história do pensamento económico em Portugal, no qual merecem particular refe-

Referências bibliográficas

- Almeida, Manuel de. 1993. *Compêndio de Economia Política redigido depois do convite feito pelas Cortes em sessão de 21 de Março de 1821 pelo cidadão Manuel de Almeida*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Almodovar, António e Cardoso, José Luís. 1998. *A History of Portuguese Economic Thought*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Amzalak, Moses Bensabat. 1923. *A economia política em Portugal — as memórias de António Araújo Travassos*, Lisboa.
- . 1928. *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, Lisboa, ISCL.
- . 1945. *Frei João Sobrinho e as doutrinas económicas da Idade Média*, Lisboa, [s. n.].
- . 1955. *Dom Durando Pais e o seu comentário ao tratado «Da Economia» atribuído a Aristóteles*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- Andrade, Anselmo de. 1898. *A Terra*, Lisboa, Manuel Gomes Editor.
- Arrais, Amador. 1981. *Diálogos*, Lisboa, Sá da Costa.
- Barbosa, António M. Pinto. 1943. «A economia do ponto de vista positivo e do ponto de vista teleológico», in *Economia e Finanças*, vol. 11.
- . 1947-48. *Economia política*. Lisboa, ISCEF (stencilografado).
- Beleza, J. Pizarro. 1955. *Teoria do Juro — a controvérsia keynesiana*, Coimbra.
- Bezerra, Manuel Gomes de Lima. 1992. *Os estrangeiros do Lima ou conversações eruditas sobre vários pontos de história eclesiástica, civil, literária, natural, genealogia, antiguidades, geografia, agricultura, comércio, artes e ciências*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- Borges, José Ferreira. 1995. «Princípios de sintelologia: compreendendo em geral a teoria do tributo, e em particular observações sobre a administração e despesas de Portugal, em grande parte aplicáveis ao Brasil», in *Sintelologia e economia política*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Brito, José Joaquim Rodrigues de. 1992. *Memórias Políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, e principalmente de Portugal*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Caetano, Marcelo, 1938, *O sistema corporativo*, Lisboa, s/n.
- Cardoso, José Luís (org.). 1990. *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa, Banco de Portugal.
- Castro, Armando. 1945. *Alguns aspectos da agricultura nacional*. Coimbra, Coimbra Editora
- . 1978a. *As ideias económicas no Portugal medievo*, Lisboa, ICP.
- . 1978b. *Doutrinas económicas em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, ICP.

- . 1980. *O pensamento económico no Portugal moderno*, Lisboa, ICP.
- Chichorro, José Abreu Bacelar. 1943. «Memória económico-política da província da Extremadura», in *Economia e Finanças*, vol. 11.
- Constâncio, Francisco Solano. 1995. «Reflexões acerca de algumas questões relativas à economia política e sobre a obra recente de M. Malthus e De l'industrie française par le comte Chaptal, ancien ministre de l'intérieur, membre de l'Académie Royale des Sciences, de l'Institut, etc.», in *Leituras e ensaios de economia política*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Correia, José Dias Araújo. 1952. *Elementos de planificação económica*, Lisboa, INCM.
- Cortesão, Jaime. 1984. *Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Costa, Manuel da. 1991 *A arte de furtar*. Lisboa. INCM.
- Coutinho, J. J. de Azeredo, 1992. *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Cunha, D. Luís da. 1978. *Testamento Político*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Dias Jr, J. Ferreira, 1998. *Linha de Rumo*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Duarte, Dom. 1999. *Leal Conselheiro*, Lisboa, INCM.
- Faria, Manuel Severim de. 1974. *Notícias de Portugal*, in Sérgio 1974.
- Franzini, Marino Miguel. 1843. «Considerações acerca da renda total da nação portuguesa e sua distribuição por classes», in *Revista Universal Lisbonense*, n.º 24.
- Freitas, J. J. Rodrigues de. 1996. «Princípios de Economia Política», in *Obras económicas escolhidas*, vol. 1, Lisboa, Banco de Portugal.
- Góis, Damião de. 1977. *Crónica do príncipe D. João*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Góis, Manuel de. 1957. *Curso Conimbricense*, vol. 1, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- Gusmão, Alexandre de. 1984. «Cálculo sobre a perda de dinheiro no reino», in Cortesão, 1984.
- Karataev, N. K.; Ryndina, M. N.; Stepanov. 1964. *Historia de las doctrinas económicas*, Editorial Grijalbo, Mexico.
- Laranjo, José Frederico. 1874-5. «As origens do socialismo», in *O Instituto*, vol. 20.
- . 1997. *Princípios de Economia Política*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Leite, João Pinto da Costa. 1933. *Ensaio sobre a teoria das crises económicas*, Coimbra.
- . 1935. «A doutrina corporativa e a teoria económica», in *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, vol. 2(6).
- . 1936. *A doutrina corporativa em Portugal*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

- Lisboa, José da Silva. 1812. *A memória económica sobre a fraqueza do comércio dos vinhos do Alto Douro*, Rio de Janeiro, s/n.
- . 1993. *Princípios de Economia Política, para servir de introdução à tentativa económica do autor dos princípios de direito mercantil*, in *Escritos económicos escolhidos*, vol. 1, Lisboa, Banco de Portugal.
- Lopes, Fernão. 1994a. *Da crónica do senhor rei Dom Pedro oitavo rei destes reinos*. Porto, Livraria Civilização.
- Lopes, Fernão. 1994b. *Crónica de Dom João I*. Porto, Livraria Civilização.
- Macedo, Duarte Ribeiro de. 1974. «Discurso sobre a introdução das artes no reino», in *Sérgio* 1974.
- . 1960. «O pensamento económico do cardeal da Mota. Contribuição para o seu estudo», in *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 4 (3.ª série).
- Marreca, Oliveira. 1983. «Noções elementares de economia política e Fábricas», in *Obra Económica*, Lisboa, Instituto Português do Ensino à Distância.
- Mordau, Luís Ferrari. 1950. «O despertador da agricultura de Portugal», in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 11.
- Mota, Cardeal da. 1960. «Parecer sobre a instalação de uma fábrica de seda», in Macedo 1960.
- Moura, F. Pereira de. 1964. *Lições de Economia*, Lisboa, Clássica Editora.
- . 1969. *Análise económica da conjuntura*, Lisboa, AEISCEF.
- Moura, F. Pereira de; Pinto L. M. Teixeira; Nunes, M. Jacinto. 1954. «A estrutura da economia portuguesa», in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 14.
- Neto, António Lino, 1936, *Elementos de economia política*, Lisboa, ISC.
- Neves, Acúrsio das. s/da. «Variedades sobre objectos relativos às artes comércio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da economia política», in *Obras completas de José Acúrsio das Neves*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento.
- . s/db. «Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa nos seus diferentes ramos», in *Obras completas de José Acúrsio das Neves*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento.
- Nunes, A. Sedas. 1952. «Crise social e reforma da empresa», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 10-11.
- Nunes, M. Jacinto. 1956. *Rendimento Nacional e Equilíbrio Orçamental*, Lisboa, ISCEF.
- Oliveira, Samuel A. Matos. 1936. *A nova ordem económica*, de Samuel Oliveira, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- Osório, António Horta. 1996. *A matemática na economia pura: a troca*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Osório, Jerónimo. 1944. *Da instituição real e sua disciplina*, Lisboa, Pro-Domo.

- Sérgio, António. 1974. *Antologia dos economistas portugueses (século xvii)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- Silveira, Mouzinho da. 1989. «Minuta do projecto de alvará de liberalização do comércio externo português», in *Obras*, vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Smith, Adam. 1811-2. *Compendio da Obra da Riqueza das Nações de Adam Smith, traduzida do original inglês por Bento da Silva Lisboa*, Rio de Janeiro, Imprensa Régia.
- Sobrinho, Frei João. 1945. «Da justiça comutativa», in Amzalak 1945.
- Solis, Duarte Gomes. 1942. «Discursos sobre los comercios delas Indias», in *Economia e Finanças*, vol. 10.
- . 1955. «Alegacion en favor de la Compañia de la India Oriental y comercios ultramarinos, que de nuevo se instituiu en el Reyno de Portugal», in *Economia e Finanças*, vol. 23.
- Sousa, Alfredo de. 1990. *Análise económica*, Lisboa, UNL-FE.
- Sousa, Carlos Hermenegildo de. 1942?. *Tratado de economia corporativa*, Lisboa, Livraria Portugália.
- Sousa, João Henrique de. 1759. *Prática de Comércio ou lições da Aula do Comércio que principiou em o 1.º de Setembro de 1759*. Lisboa (manuscrito).
- Sousa, José Ferreira Marnoco e. 1997. *Ciência Económica*, Lisboa. Banco de Portugal.
- Travassos, António Araújo. 1923. «Discurso político sobre a agricultura particularmente a de Portugal», in Amzalak 1923.
- Valério, Nuno. 1988. «Sobre a divisão da história de Portugal em períodos», in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- Vandelli, Domingos. 1990. «Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas», in Cardoso 1990.
- Vasconcelos, Luis Mendes de. 1974. «Diálogos do Sítio de Lisboa», in Sérgio 1973.
- Veiga, António Jorge da Mota. 1941. *A economia corporativa e o problema dos preços*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- . 1944. *A regulamentação do salário*, Lisboa, s/n.

Resumo

A cena do pensamento económico português conheceu ao longo dos séculos em que Portugal existiu como sociedade politicamente individualizada uma longa evolução. À semelhança do que sucedeu com a generalidade

dos casos nacionais, tal evolução foi marcada pela sucessão de épocas, mais ou menos longas, durante as quais a referida cena manteve um modo de organização e funcionamento relativamente estável.

Pretende-se neste estudo identificar cada uma dessas épocas e fundamentar uma cronologia que permita estabelecer comparações internacionais e a partir daí detectar eventuais atrasos na afirmação das diversas correntes de pensamento pré-científico e científico em Portugal bem como fixar eventuais traços de originalidade nas diversas configurações que a cena das ideias económicas assumiu ao longo do tempo.

Adicionalmente estabelecem-se algumas comparações com anteriores propostas de divisão da história do pensamento económico português em períodos, designadamente com as formuladas por Moses Amzalak, Armando Castro e Almodovar e Cardoso.

Abstract

The scene of the economic ideas in Portugal, as a politically independent country, underwent a long evolution. Similarly with what has happened in most national experiences, successive epochs, of different span, characterized by the persistence of relatively stable organized, functional system, are apparent.

This study aims at identifying each of those epochs and to present an intelligible chronology that may be instrumental to international comparisons. Meanwhile, such exercise may be useful to depict both Portuguese backwardness concerning the diffusion of pre-scientific and scientific schools, and the eventual relevant specificities of the scene of the economic ideas in Portugal.

The most important previous attempts to divide Portuguese history of economic thought in periods, namely the ones from Moses Amzalak, Armando Castro and Almodovar and Cardoso, are revisited in a comparative perspective.

